



GESTÃO DO ESPORTE E LAZER E AS PERSPECTIVAS RELACIONADAS À ESTRUTURA BUROCRÁTICA DAS INSTITUIÇÕES¹

Pedro Henrique Iglesias Menegaldo²

Andréia Paula Basei³

Eduard Angelo Bendrath⁴

Fernanda Gimenez Milani⁵

Fernando Augusto Starepravo⁶

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Estrutura Burocrática; Esporte e Lazer.

INTRODUÇÃO

A estrutura administrativa dos departamentos/secretarias municipais de esporte e lazer apresenta importante atribuição na articulação do processo de organização e participação popular nas discussões das políticas públicas deste setor, como na gestão e efetivação das diversas ações oferecidas à comunidade (SAWITZKI, 2012).

Deste modo, o objetivo deste estudo foi caracterizar a estrutura burocrática das secretarias/departamentos de esporte e lazer dos municípios da microrregião de Ivaiporã, PR, associando as dificuldades de gestão.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva e de campo, os participantes foram os gestores públicos de esporte e lazer de 09 municípios da microrregião de Ivaiporã, PR: Cândido de Abreu, Grandes Rios, Ivaiporã, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas na íntegra, e analisadas de acordo com o método de análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à estrutura burocrática das instituições provedoras de políticas públicas de esporte e lazer, são secretarias apenas os municípios de Cândido de Abreu e Manoel Ribas, os demais são departamentos, sendo que Nova Tebas e São Pedro do Ivaí estão subordinados a outra secretaria (Educação e Cultura).

Em relação ao quadro de funcionários, Candido de Abreu, Ivaiporã, Lunardelli, Manoel Ribas e São Pedro do Ivaí possuem maior complexidade burocrática,

¹ Este trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), pedromenegaldo@hotmail.com

³ Ms.Universidade Estadual de Maringá (UEM), andreibasei@yahoo.com.br

⁴ Dr. Universidade Estadual de Maringá (UEM), bendrath@gmail.com

⁵ Universidade Estadual de Maringá (UEM), fernandagmilani@gmail.com

⁶ Dr. Universidade Estadual de Maringá (UEM), fernando.starepravo@hotmail.com

composta por secretários/chefes de departamento, profissionais administrativos, professores/técnicos e funcionários de manutenção da infraestrutura. Os demais municípios carecem de equipe para trabalhar em seus departamentos, tendo apenas um ou outro funcionário de outros setores públicos para desenvolver as ações. Menezes (2009) aponta que para o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer é necessário que haja uma quantidade adequada de profissionais em resposta às demandas das ações municipais, e, qualificada no que diz respeito à especificidade de formação e capacitação profissional.

Quanto à participação popular nas fases que compreendem o ciclo administrativo das políticas públicas, inexistem mecanismos estruturados, tampouco Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, limitando-se a conversas informais e reuniões em períodos que antecedem eventos esportivos, evidenciando um modelo tradicional de gestão.

Em relação ao orçamento, apenas 4 gestores souberam informar os valores repassados, sendo estes: Candido de Abreu (R\$ 300.000,00); Ivaiporã (R\$ 1.000.080,00); Manoel Ribas (R\$ 1.000.000,00); Rosário do Ivaí (R\$ 25.000,00). Os demais gestores informaram que não possuem orçamento fixo em seus departamentos, estando dependentes da liberação de recurso por parte da prefeitura ou da secretaria em que estão subordinados. Desta forma, verifica-se a ausência de execução orçamentária mínima para as políticas públicas de esporte e lazer (ATHAYDE, MASCARENHAS, SALVADOR, 2015).

Os elementos da estrutura administrativa apresentam implicações diretas na gestão pública, de maneira a gerar adversidades no gerenciamento das ações. As dificuldades apresentadas pelos gestores estão relacionadas: *a falta de recursos humanos*, insuficiência de profissionais para a demanda das ações; *carência de recursos financeiros*, os valores destinados não atendem a demanda das ações e impossibilitam a projeção de ampliação das estruturas físicas; *baixa adesão aos projetos*, a comunidade não participa das ações fornecidas pela instituição, fato este que pode estar associado à imposição da oferta e ausência de participação popular para diagnosticar as demandas das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos da estrutura administrativa são componentes que por ora podem se demonstrar favoráveis para o bom desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer, ou, também associados às dificuldades na gestão das ações, na qual os gestores estão submetidos a um conjunto de fatores, os quais não conseguem retraduzir, tornando reduzidas as possibilidades de ampliação das ações e busca de força frente às disputas e tensões políticas, assim como na legitimação deste segmento face à gestão pública municipal.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 2 -10, mar. 2015.

MENEZES, V. G. **Gestão de políticas públicas desportivas municipais**: análise da região metropolitana do Recife-PE, Brasil, no período de 2002-2008. 2009. 366 f. Tese (Doutorado em Ciência do Desporto) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto. 2009.

SAWITZKI, R. L. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar. 2012.